

**Frente
Comum**

**Sindicatos
Administração
Pública**

DEFENDER AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

**Sem Administração Pública não existem Funções
Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança
Social, etc.)**

**ENCONTRO / DEBATE ORGANIZADO PELA FRENTE COMUM
DE SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**EUGÉNIO ROSA
Economista**

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

UMA NOTA EXPLICATIVA

- Estes “slides” utilizei numa intervenção que fiz no Debate / Encontro “*Defender as Funções Sociais do Estado*” realizado pela Frente Comum de sindicatos da Função Pública em Lisboa no dia 22.5.2015. E decidi divulgá-los esperando que possam ser úteis.
- São dados oficiais que mostram de uma forma clara a enorme redução do número de trabalhadores da Função Pública assim como de despesas públicas essenciais – *despesa com prestações sociais, despesa com Pessoal, despesa com consumos intermédios, a maior deles essenciais para o funcionamento dos serviços públicos* – o que tem provocado um forte degradação de serviços essenciais prestados à população (*saúde, educação, etc.*) com o conseqüente agravamentos das desigualdades e das condições de vida dos portugueses.
- Os dados dos “slides” também mostram que, segundo as bases dos programas já apresentadas pelo PSD/CDS e pelo PS, é intenção destes partidos, se forem governo, continuar com a política de austeridade já experimentada em Portugal com efeitos dramáticos para os portugueses e para o país, embora afirmem o contrário, e serão os mesmos – *os que recebem prestações sociais e os trabalhadores da Função Pública* – que terão de suportar as conseqüências dessa política.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É IMPORTANTE PARA TODOS OS PORTUGUESES

- 1- No combate às desigualdades: São os trabalhadores da Administração Pública que garantem a todos os portugueses o acesso, em igualdade, a serviços essenciais: saúde, educação, segurança social, segurança pública, justiça;
- 2- Na implementação de políticas de desenvolvimento e de criação de emprego, equilibradas e sustentadas;
- 3- No combate ao desemprego – Continua a ser o maior empregador do país: 656.000 trabalhadores, embora nos anos últimos o governo e a “troika” a tenham transformado numa máquina de destruir empregos;
- 4 – Na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos: – Para além dos direitos sociais, cabe também à A.Pública garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, nomeadamente trabalho, liberdade, expressão, etc..

A ENORME REDUÇÃO DE TRABALHADORES EM TODAS AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS FEITA PELO GOVERNO (70.544 trabalhadores em 3 anos, 60 por dia) TEM CAUSADO A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS SENTIDA PELOS PORTUGUESES (saúde, educação, segurança social, justiça, etc.)

RÚBRICAS	31-dez-2011	31-mar-2015	2011-15 redução	2015 % Total	Var. 2011- 15
Administrações Públicas	727.294	656.750	-70.544	100,0%	-9,7%
Administração Central	551.373	498.940	-52.433	74,3%	-9,5%
Administração Local	124.109	110.903	-13.206	18,7%	-10,6%
Ad. Regional dos Açores	17.728	17.005	-723	1,0%	-4,1%
Ad. Regional da Madeira	21.341	19.977	-1.364	1,9%	-6,4%
<i>Min. Educação e Ciência</i>	235.726	207.131	-28.595	40,5%	-12,1%
<i>Ministério da Saúde</i>	36.456	32.361	-4.095	5,8%	-11,2%
<i>Min.Sol. Emp. e S. Social</i>	5.093	4.679	-414	0,6%	-8,1%
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	12.743	9.925	-2.818	4,0%	-22,1%
SOMA	290.018	254.096	-35.922	50,9%	-12,4%

**OS ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS NECESSÁRIOS A
TODOS OS SERVIÇOS PÚBLICOS FORAM OS MAIS ATINGIDOS PELA
POLITICA DE CORTES CEGOS DO GOVERNO (-33.882) , E DEPOIS OS
PROFESSORES (-22.310)**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Dez. 2011	Março 2015	Var. Trab	% Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS -Total	727.294	656.750	-70.544	100,0%
Dirigente intermédio:	10.989	9.343	-1.646	2,3%
Assistente técnico/administrativo	97.906	85.989	-11.917	16,9%
Assist. operacional/operário/auxiliar	173.429	151.464	-21.965	31,1%
Pessoal de Investigação Científica	1.816	1.350	-466	0,7%
Docente Ensino Superior Politécnico	9.694	8.938	-756	1,1%
Educ.Infânc.e Doc. Ens. Básico/Secund.	151.147	128.837	-22.310	31,6%
Enfermeiro	42.769	40.933	-1.836	2,6%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.935	8.492	-443	0,6%
Administração Tributária e Aduaneira	9.926	9.527	-399	0,6%
Oficial de Justiça	8.095	7.395	-700	1,0%
SOMA	514.706	452.268	-62.438	88,5%

ATÉ NOS HOSPITAIS, O NUMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOFREU UM CORTE DE 2.719 EM APENAS 2,5 ANOS

CARGO / CARREIRA / GRUPO PROFISSIONAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			RA AÇORES			RA MADEIRA		
	Dez. 2011	Jun. 2014	Var. 11-14	Dez. 2011	Jun. 2014	Var.11 -14	Dez. 2011	Jun. 2014	Var. 12-14
TOTAL	90.726	88.271	-2.455	3.085	2.932	-153	4.825	4.714	-111
Técnico Superior	2.097	2.086	-11	91	98	7	113	124	11
Assistente técnico/ administrativo	10.210	9.681	-529	354	345	-9	589	561	-28
Assist. operacional/ operário/ auxiliar	22.655	20.683	-1.972	994	901	-93	1.582	1.504	-78
Informático	431	427	-4	19	19	0	32	33	1
Pessoal de Investigação Científica	19	15	-4	0	0	0	0	0	0
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	99	96	-3	4	3	-1	6	5	-1
Médico	16.713	18.144	1.431	426	410	-16	476	520	44
Enfermeiro	30.556	29.449	-1.107	961	920	-41	1.613	1.543	-70
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6.330	6.126	-204	188	186	-2	241	252	11
Técnico Superior de Saúde	1.114	1.103	-11	25	28	3	97	97	0

**ELEVADA ROTATIVIDADE QUE CONTRIBUIU TAMBÉM
PARA A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
PRESTADOS À POPULAÇÃO: em 3 anos saíram da Administração
Pública 330.192 trabalhadores, muitos deles experientes e qualificados**

ANO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO
	Novo Recrutamento	Mobilidade e outras Situações	TOTAL ENTRADAS	Saídas definitivas	Mobilidade e outras situações	TOTAL SAÍDAS	
2012	42.835	40.497	83.332	70.583	40.518	111.101	-27.769
2013	39.459	51.154	90.613	62.306	53.791	116.097	-25.484
2014	42.354	42.161	84.515	61.218	41.776	102.994	-18.479
SOMA	124.648	133.812	258.460	194.107	136.085	330.192	-71.732

FONTE: DGAEP - Ministério das Finanças

DESDE 2009 AS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTÃO CONGELADAS, E A PARTIR DE 2011 SOFRERAM CORTES QUE AGRAVARAM AS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA

GANHOS MÉDIOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL	Ab.2011 Com corte De Sócrates	Ab. 2014 com Corte Passos Coelho	Jul.2014 sem cor tes	Out.14 Com Cor- te Sócrates	Jan.15 +20% do cor te	20% Em €	Corte man ti- do
TODOS OS TRABALHADORES – Ganho médio	1.603 €	1.516 €	1.659 €	1.604 €	1.617 €	13 €	42 €
Técnico Superior	1.808 €	1.669 €	1.833 €	1.765 €	1.771 €	6 €	62 €
Assistente técnico	1.054 €	998 €	1.044 €	1.036 €	1.039 €	3 €	5 €
Assistente operacional	763 €	731 €	748 €	747 €	745 €	-2 €	3 €
Pessoal Investigação Científica	3.181 €	3.057 €	3.428 €	3.207 €	3.229 €	21 €	200 €
Docente Ensino Universitário	3.284 €	3.191 €	3.667 €	3.324 €	3.370 €	46 €	296 €
Educ.Inf.e Doc. do Ens. Básico e Secundário	2.042 €	1.927 €	2.145 €	2.070 €	2.075 €	5 €	70 €
Pessoal de Inspeção	2.416 €	2.257 €	2.481 €	2.344 €	2.419 €	75 €	62 €
Médico	3.788 €	3.195 €	3.642 €	3.430 €	3.358 €	-72 €	284 €
Enfermeiro	1.584 €	1.414 €	1.529 €	1.485 €	1.485 €	0 €	43 €
Polícia Judiciária	2.213 €	2.038 €	2.288 €	2.074 €	2.141 €	67 €	147 €

O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA: que resultou do aumento do horário de trabalho de 35 horas para 40 horas semanais sem qualquer compensação

RÚBRICAS	TOTAL /ano
Nº Trabalhadores das AP´s - Dezembro 2014	655.620
Nº de horas gratuitas semanais	3.278.100
Nº de horas gratuitas anuais	137.680.200 H
REMUNERAÇÕES ANUAIS NÃO PAGAS (trabalho gratuito)	826 MILHÕES €

O CONGELAMENTO E O CORTE DAS REMUNERAÇÕES E O CONFISCO DO SUBSIDIO DE FÉRIAS E NATAL EM 2012 CAUSOU UM CORTE DE 6.594 MILHÕES € NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES

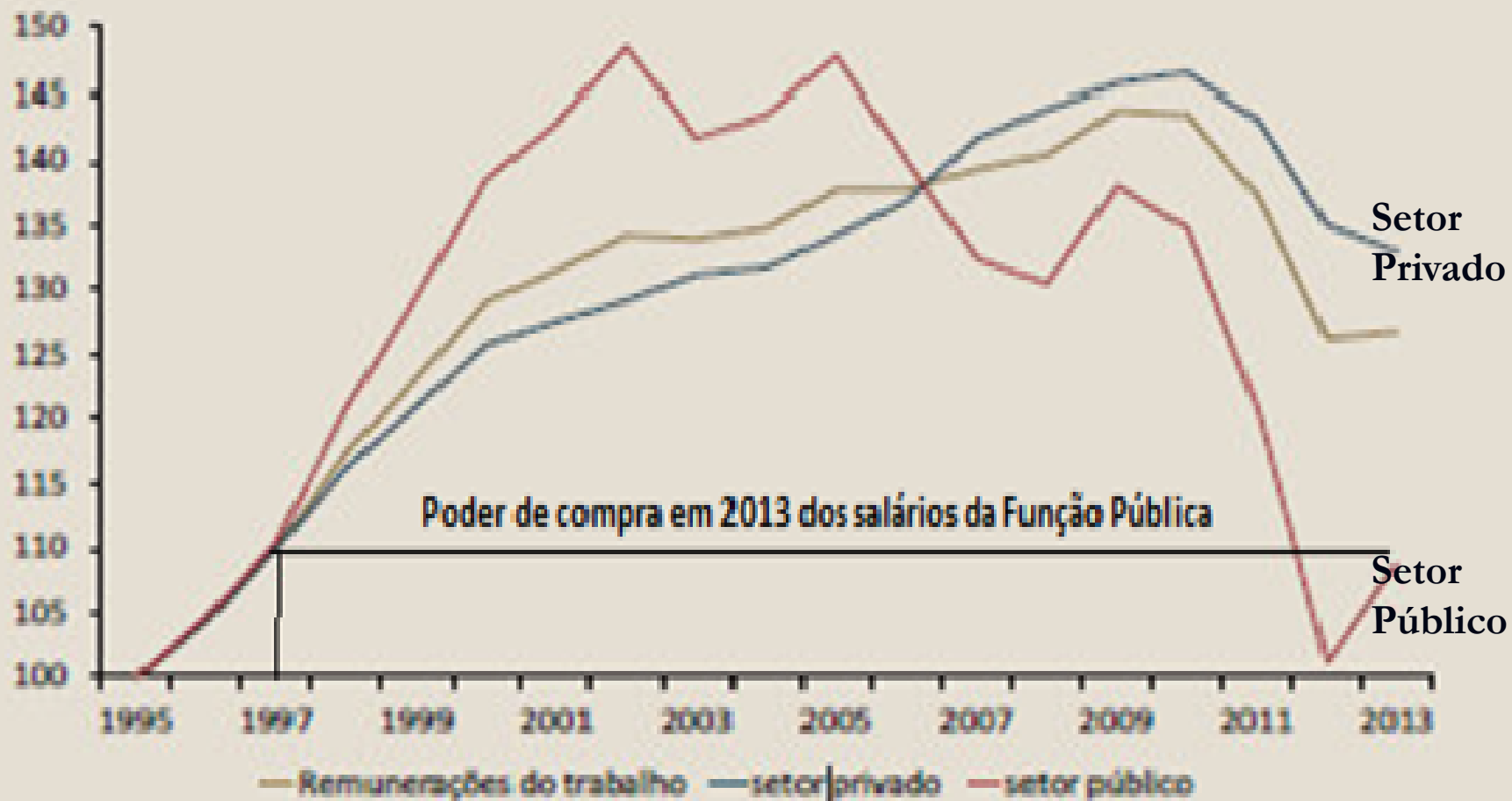
MEDIDAS	CORTE NO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES – Milhões €					
	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Congelamento remunerações e carreiras	340	340	340	340	340	1.700
Cortes nas remunerações	420	420	420	520	420	2.200
Confisco subsidio férias e Natal	2.694					2.694
SOMA	3.454	760	760	860	760	6.594

**CONFISCO DE UMA PARCELA DO RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES E DOS APOSENTADOS DA FUNÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE UM AUMENTO EXCESSIVO DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO PARA A ADSE (desconto aumentou 133%)
Criou excedentes de 207 milhões € em 2014 e de 142,5 milhões € em 2015**

ANOS	RECEITAS PRÓRIAS - Milhões €				DESPESAS - Milhões €					SAL-DO
	Descon- tos	Contrib. EE	Reem- bolsos	TOTAL	Medi- ca- me- nto s	Reg. Co nv en cio na do	Reg. Livre	Ad.	TO- TA L	Milhões €
2012	214,7	193,6	49,3	457,6	73,0	272,7	138,2	7,5	491,4	-33,8
2013	285,6	182,4	51,6	519,6	28,1	288,6	132,9	8,9	458,5	+61,1
2014	520,9	80,1	50,9	651,9	8,7	302,3	126,1	7,8	444,9	+207,0
2015 (P)	546,0	21,3	40,0	607,3	8,7	317,0	130,0	9,1	464,8	+142,5

FONTE: Plano de Atividades 2015 - ADSE

A QUEBRA DO PODER COMPRA DOS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO 2010-2013 SEGUNDO O INE: o poder de compra de 2013 é já igual ao de 1997



Fonte: INE.

A QUEBRA ENORME DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA ENTRE 2010-2015 CAUSADA PELOS CORTES, DESCONTOS E IRS

Para além disso o trabalho extraordinário na Função Pública é pago a metade do
setor privado^{1ª} hora: acréscimo 12,5%; Horas subsequentes. Acréscimo 18,75%

ANO	Ganho médio <u>ilíquido</u> mensal	Ganho médio <u>liquido</u> mensal	Ganho médio <u>liquido</u> nominal hora	Ganho médio <u>liquido</u> <u>real</u> mensal	Ganho médio <u>liquido</u> <u>real</u> hora
2010	1.659 €	1.195 €	7,90 €	1.195 €	7,90 €
2015	1.614 €	1.041 €	6,00 €	978 €	5,60 €
Var. 2010-2015	-2,7%	-12,9%	-24,1%	-18,2%	-29,1%

A ALTERAÇÃO DAS LEIS DA FUNÇÃO PÚBLICA QUE DESTRUÍU DIREITOS DOS TRABALHADORES

- Em 2006 – (Lei 53/2006 de Sócrates) é criada a chamada “Situação Mobilidade Especial” (SME - artº 22 e sgts.) que permitia retirar ao trabalhador o trabalho e colocá-lo indefinidamente na “prateleira”, pagando, a partir de um ano, apenas 4/6 da remuneração base.
- Em 2008, também com Sócrates (artº 88º da Lei 12-A/2008), é eliminado para cerca de 90% dos trabalhadores da Função Pública o “vinculo público de nomeação” passando a “relação jurídica por tempo indeterminado” O vinculo público é fundamental na Administração Pública para garantir a independência da Administração e assegurar o tratamento igual de todos os cidadãos, impedir a corrupção e compadrio, e para dar segurança aos trabalhadores
- Em 2014 (PSD/CDS), a Lei 35/2014 aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que introduz a adaptabilidade e banco de horas na Função Pública, e cria a “Situação de requalificação” igual à SME, que permite retirar o trabalho ao trabalhador, e reduzir a sua remuneração no 1º ano para 60% da remuneração base e depois apenas para 40%
- Em 31.12.2014 existiam na Ad. Pública 74.402 trabalhadores por nomeação (vinculo público); 493.822 com contrato por tempo indeterminado (ex-vinculo público), e 69.800 com Contratos a prazo:

AS CONTINUAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO DA APOSENTAÇÃO, A RETIRADA DE DIREITOS, CRIOU A INSEGURANÇA GENERALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO E EMPURROU MUITOS MILHARES DE TRABALHADORES PARA A APOSENTAÇÃO PREMATURA

- **1-2005**, (Lei 60/2005), o cálculo da pensão é profundamente alterado ($P=P1+P2$), a pensão diminui de valor todos os anos, a idade e o tempo de acesso à aposentação passou a aumentar 6 meses por ano até aos 65 anos e 40 anos de serviço, e a CGA transformou-se num sistema fechado (proibidas novas inscrições).
- **2-2007** (Lei 52/2007), a título de convergência, é introduzido o fator de sustentabilidade, e o P2 (a pensão posterior a 2005) passa a ser calculado de acordo com as regras da Segurança Social (artº 29-32 do DL 1877/2007) que não são cumpridas pela CGA lesando os trabalhadores (taxa anual de formação da pensão é 2% em vez 2,3%)
- **3-2010**, P1 (pensão até 2005) é calculada com base em 89% salário-2005
- **4- 2013** (Lei 66-B/2012) acaba com regime transitório e passa a vigorar 65 anos de idade e 40 anos de serviço . Em 2015: 66 anos
- **5- 2014** (Lei 11/2014) , P1 (pensão até 2005) para a ser calculada com base em apenas 80% do salário de 2005

CORTES ENORMES NA DESPESA PÚBLICA ENTRE 2011 E 2015 (OE2011-2015) agravaram ainda mais a vida dos portugueses

ANOS	Ensino pré-escolar, Secundário, Superior e Ciência : milhões €	Transferências do O.E. para o SNS Milhões €	Abono família Milhões €	RSI Milhões euros	C.S.I. Milhões euros	TOTAL Milhões euros
2011	8.802	8.254	659	520	272	18.507
2012	8.182	9.694	656	422	275	19.229
2013	7.973	7.879	668	315	267	17.102
2014	8.133	7.738	660	294	211	17.036
2015	7.437	7.883	639	292	199	16.450
2015 -pc	6.983	7.402	600	274	187	15.446
Var. pn-%	-15,5%	-4,5%	-3,0%	-43,8%	-26,8%	-11,1%
Var.-pc-%	-20,7%	-10,3%	-9,0%	-47,3%	-31,3%	-16,5%

CORTE ENORME TAMBÉM EM TODA DESPESA PÚBLICA AGRAVOU A CRISE : entre 2010 e 2015, a despesa com Pessoal diminuiu em 1.412 M€ (-6,7%); a com prestações sociais em 3.176M€ (-8,4%), e o investimento público caiu em 4.727M€ (-48,5%); mas a com juros aumentou em 3.696M€ (+71,2%)

RÚBRICAS	2010 Milhões €	2015 Milhões €	Variação Milhões €	Var. %
DESPESA TOTAL	88.680	85.630	-3.050	-3,4%
Consumo Intermédio	8.667	10.509	1.842	21,3%
Despesa com Pessoal	21.093	19.681	-1.412	-6,7%
Prestações sociais (inclui SNS)	37.885	34.709	-3.176	-8,4%
Subsídios	1.193	975	-218	-18,3%
Outras despesas correntes	4.908	5.850	942	19,2%
Despesas de Capital	9.745	5.018	-4.727	-48,5%
JUROS	5.190	8.886	3.696	71,2%
DESPESA TOTAL - % do PIB	51,3%	47,4%		-7,6%
SALDO ORÇAMENTAL - % PIB	-9,8%	-2,7%		

FONTE : Relatórios OE-2012 e OE-2015

**O QUE OS PORTUGUESES PODEM ESPERAR NO FUTURO (incluindo Função Pública)
segundo “O Programa de Estabilidade” do PSD/CDS e o Relatório “Uma Década para Portugal” do PS**

ANOS Intenções dos partidos para o 2015-2019	Prestações sociais % PIB	Despesas Pes- soal % PIB	Consumos in- termedios % do PIB	Despesas com Pessoal Milhões € (Preços nominais de cada ano)
2014- Milhões €	34.092	20.482	10194	20.482
2014 - % do PIB	19,7%	11,8%	5,9%	19,7%
2015 - PSD/CDS (Programa)	19,4%	11,1%	6,1%	19.766
2015-PS (Uma Década PT)	19,8%	11,1%	5,6%	19.708
2016 - PSD/CDS (Programa)	19,1%	10,9%	6,1%	20.089
2016-PS (Uma Década PT)	19,1%	10,8%	5,6%	19.847
2017 - PSD/CDS (Programa)	18,9%	10,5%	5,8%	20.087
2017-PS (Uma Década PT)	18,7%	10,4%	5,4%	20.067
2018 - PSD/CDS (Programa)	18,6%	10,2%	5,6%	20.255
2018-PS (Uma Década PT)	18,1%	10,0%	5,2%	20.145
2019 - PSD/CDS (Programa)	18,3%	9,9%	5,3%	20.406
2019-PS (Uma Década PT)	17,8%	9,8%	5,0%	20.591
PSD/CDS: Variação 14-19	-7,1%	-16,2%	-10,0%	-0,4%
PS: Variação 2014-19	-9,6%	-17,0%	-15,1%	0,5%

CONCLUSÕES QUE SE TIRAM DO QUADRO ANTERIOR

- O quadro anterior foi construído com as previsões/intenções do “Programa de Estabilidade 2015-2019” apresentado pelo governo PSD/CDS e as do relatório “Uma Década para Portugal” do grupo dos “12 economistas” do PS. Ele mostra os objetivos e a forma como o PSD, o CDS e o PS, se forem governo, preveem cumprir os objetivos do Tratado Orçamental e reduzir o défice orçamental.
- E a diferença entre eles não é grande. Começamos pelas prestações sociais que incluem também a saúde. Em 2014, a despesa com elas totalizou 34.092 milhões € que correspondeu a 19,7% do PIB. O PSD/CDS propõe-se até 2019 reduzir esta despesa para 18,3% do PIB (-7,1%), enquanto o grupo de economistas do PS pretende baixá-la para apenas 17,8% do PIB (-9,6%), portanto ainda mais do que o PSD/CDS. Em relação às despesas com o Pessoal da Função Pública que, em 2014, somou 20.482 M€, e correspondeu a 11,8% do PIB, o PSD/CDS pretende reduzi-la em 2019 para 9,9% do PIB (-16,2%) e o grupo de economistas do PS quer reduzi-la para apenas 9,8% do PIB (-17%). Por aqui se vê que tanto o PSD/CDS como o PS pretendem continuar com a austeridade, e a sacrificar os mesmos : os que recebem prestações sociais e os trabalhadores da Função Pública que continuarão a suportar congelamentos de carreiras e salários.
- Se esta análise for feita em milhões de euros, conclui-se que, em 2014, as despesas de Pessoal foram 20.482 M€ e, em 2019, o PSD/CDS quer gastar 20.406 M€, e o PS 20.591 M€. Se entrarmos com o efeito do aumento de preços, estes valores ficam reduzidos apenas 19.055M€ (PSD/CDS) e 19.208M€ (PS) a preços de 2014, o que significa que não se verificará qualquer melhoria na situação dos trabalhadores da Função Pública pois a despesa é inferior à de 2014 (20.482M€)